

O papel ético do tradutor enquanto intermediador cultural: a construção paratextual em Paulo e Virginia de 1986

Prof.^a Dr.^a Marie-Hélène Catherine Torres (UFSC)
Doutoranda Giovana Bleyer Ferreira dos Santos (UFSC)

Resumo:

Tomando como base as discussões de autores como, Antoine Berman e Lawrence Venuti, acerca de uma ética da tradução marcada, entre outras coisas, pelo desejo de “abrir o Estrangeiro enquanto Estrangeiro ao seu próprio espaço de língua” (BERMAN, 2007, p.69) e, pelo reconhecimento da visibilidade do tradutor, propomos neste trabalho uma leitura dos paratextos que acompanham a tradução de 1986 do romance francês “Paul et Virginie” de Bernardin de Saint-Pierre. Nosso objetivo é demonstrar que os paratextos podem representar uma postura ética dos tradutores e funcionar como um mecanismo de auxílio na manutenção da estrangeiridade do texto.

Palavras-chave: estrangeiridade, ética, visibilidade, paratexto.

1 Introdução

Antoine Berman (2007) nos fala que a tradução é um processo de comunicação e de certa forma, de “introdução” (p.65), visto que ela possibilita que o leitor de chegada tenha contato com um texto que ele não poderia conhecer em outras circunstâncias. Este processo é realizado pela figura do tradutor que, tendo conhecimento da língua de partida e da língua de chegada, bem como do contexto de criação de determinada obra e do lugar que ela poderá ocupar no sistema receptor, se torna um “mediador cultural”, assumindo assim uma responsabilidade pelo produto final a que os leitores de chegada terão acesso: o texto traduzido. Essa responsabilidade do tradutor tem gerado discussões em torno de uma ética do traduzir que, nas palavras de Berman (2007), pode ser marcada pelo desejo de “abrir o Estrangeiro enquanto Estrangeiro ao seu próprio espaço de língua”. Ou seja, de “reconhecer e receber o Outro enquanto Outro [...] acolher o Outro, o Estrangeiro, em vez de rejeitá-lo ou de tentar dominá-lo” (p.69). Para que isto ocorra, contudo, é necessário que haja ainda outro reconhecimento, o da visibilidade do tradutor, fato bastante discutido pelo teórico Lawrence Venuti (2002) que em sua postura ética advoga que “as traduções sejam escritas, lidas e avaliadas com maior respeito em relação às diferenças linguísticas e culturais” (p.20), pois em uma tradução, essas diferenças devem ser negociadas.

Ele menciona por exemplo que se deparamos com um texto “transparente”, que apresente uma leitura “fluida”, podemos na maioria dos casos verificar que há também a invisibilidade do tradutor. Isto porque um texto traduzido que não cause um estranhamento no leitor de chegada pode esconder a diferença lingüístico-cultural existente entre os textos e entre os respectivos leitores. É claro que não desconsideramos que o próprio Venuti (2002) comenta que “as traduções [...] inevitavelmente realizam um trabalho de domesticação” (p.17). Contudo o que é importante mencionarmos aqui é

que esta visão do autor não o impede de considerar que um trabalho de domesticação que deixe o discurso “transparente” pode ocasionar a destruição da letra.

Considerando então esse desejo de “abrir o Estrangeiro enquanto Estrangeiro ao seu próprio espaço de língua” e o reconhecimento da visibilidade do tradutor, pensa-se em caminhos para que a tradução textual aconteça de forma mais ética. Um caminho possível é a escritura de paratextos.

Gérard Genette em sua obra *Paratextos Editoriais* (2009) inicia suas considerações relembrando que, em se tratando de uma obra literária, o texto raramente se apresenta sem “o acompanhamento de certo número de produções” que são os chamados “paratextos”. Eles cercam e prolongam o texto literário para “apresentá-lo, no sentido habitual do verbo, mas também em seu sentido mais forte: para torná-lo presente, para garantir sua presença no mundo, sua recepção” (p. 9).

Ele ainda menciona que mesmo na Antiguidade e na Idade Média, “época em que os textos circulavam muitas vezes em estado quase bruto, sob a forma de manuscritos desprovidos de qualquer fórmula de apresentação” (idem, p.11), já podemos considerar que havia paratextos. Isso porque a transcrição e a transmissão oral que já existiam naquela época, eram uma forma de introduzir na idealidade do texto uma materialização, gráfica ou fônica, que poderia induzir efeitos paratextuais. Neste sentido então, Genette coloca que sem dúvida “não existe e jamais existiu um texto sem paratexto. Paradoxalmente, o autor menciona ainda que “há em contrapartida, talvez por acidente, paratextos sem texto, pois existem muitas obras, desaparecidas ou abortadas, das quais conhecemos apenas o título, como é o caso citado por ele de, *Bataille des Termopyles*, um dos projetos abandonados de Flaubert”.

Sobre a condição pragmática de um elemento de paratexto, o autor nos diz que ela é definida basicamente “pelas características de sua instância, ou situação de comunicação: natureza do destinador, do destinatário, grau de autoridade e de responsabilidade do primeiro, força ilocutória de sua mensagem” (GENETTE, 2009, p.15). Ele ainda destaca que no caso do destinador, ele é “definido por uma atribuição putativa e por uma responsabilidade assumida” (idem, p.15) já que o destinador não é necessariamente o autor do paratexto. Já em relação ao destinatário, ele nos diz que, embora certos elementos de paratextos, como os títulos, por exemplo, se dirijam ao público em geral, outros se dirigem especificamente apenas aos leitores do texto, como é o caso do paratextos que nos interessam particularmente para este estudo, o prefácio e as notas.

Diferentemente do título e do nome do autor que, segundo Genette (2009) são praticamente indispensáveis nos dias de hoje, o **prefácio**, definido pelo autor como “toda espécie de texto liminar (preliminar ou pós-liminar), autoral ou alógrafo, que consiste num discurso produzido a propósito do texto que segue ou antecede” (p.145), não é obrigatório.

O prefácio, cuja maioria dos temas e procedimentos já existiam desde meados do século XVI, como nos diz o teórico, é lido pelo “dono do livro”, ele postula uma “leitura eminente” e muitas vezes, anterior à leitura do próprio texto. Sendo assim, é possível concluirmos que um prefácio de tradução, por exemplo, se torna de fato um espaço propício para o tradutor dialogar com o leitor do texto de chegada. Além disso, no caso de uma tradução literária, ele pode servir de uma introdução ao enredo por exemplo, e advertir o leitor sobre o que ele encontrará nas páginas contidas naquele

livro. Ele pode também situar melhor o leitor no contexto histórico-cultural do autor e dos leitores do texto de partida, explicar alguns termos específicos que caracterizem o universo em que o texto foi criado e mesmo justificar algumas escolhas que tiveram que ser feitas no decorrer do processo tradutório.

Em posição semelhante, temos o paratexto **nota**, denominado por Genette (2009) como, “um enunciado de tamanho variável (basta uma palavra) relativo a um segmento mais ou menos determinado de um texto, e disposto seja em frente seja como referência a esse segmento” (p.281).

Uma característica que Genette (2009) destaca de semelhança entre a nota e o prefácio, é que ela pode tanto aparecer quanto desaparecer da vida do texto a qualquer momento. Ele também nos fala do destinador da nota que é a princípio, certamente o leitor do texto, fato que justifica a própria existência da nota.

Genette distingue as notas em categorias como: originais, autorais, fictícias, etc. A nota denominada por ele como original, é tida como a nota básica, da qual todas as outras se derivam e também é desta nota que os tradutores geralmente fazem uso em seus trabalhos. Em sua composição, podemos deparar com “definições ou explicações de termos usados no texto, às vezes a indicação de um sentido específico ou figurado” (GENETTE, 2009, p.286).

E, visto que “a nota original, é um desvio local ou uma bifurcação momentânea do texto” (idem, p.289), ela pode efetivamente servir para explicar uma “estranheiridade” do texto de partida, sem que seja preciso realizar uma domesticação que comprometa a carga de novidade do texto.

A breve leitura feita dos paratextos que acompanham a tradução de 1986 do romance francês *Paul et Virginie* de Bernardin de Saint-Pierre teve como base a tese de doutorado escrita por Marie-Hélène Catherine Torres, *Variations sur l'étranger dans les lettres: cent ans de traductions françaises des lettres brésiliennes*, publicada em livro em 2004. No livro em questão a autora analisa traduções de romances brasileiros de autores como José de Alencar e Machado de Assis. Para sua análise ela parte de três perguntas-chave “Comment se présente la traduction? Que nous apprend le paratexte? Est-ce que le texte traduit se présente comme une traduction? (TORRES, 2004, p.83).

2 PAULO E VIRGÍNIA 1986

A tradução de 1986, de Rosa Maria Boaventura¹ contém três importantes paratextos feitos pela tradutora, uma introdução de uma página e meia, um resumo na contracapa do livro e setenta □gnotas explicativas□h no final do livro criadas a partir de uma das edições críticas que a tradutora consultou de *Paul et Virginie*, feita por Pierre Trahard.

Fazendo um panorama geral da obra, pela ficha catalográfica somos informados que se trata de um romance francês. A capa do livro contém uma imagem das personagens *Paul* e *Virginie* brincando com o cão Fiel, que possivelmente foi retirada da edição feita por Trahard. Na edição organizada por Trahard, há uma indicação em nota (que não é reproduzida pela tradutora) de que o desenho foi feito por Tony Johannot para a edição de 1838. Ambas as imagens se diferenciam ainda pela coloração enquanto a imagem da edição de Trahard é preta e branca, a que ilustra a tradução de

1 No livro é mencionado que Rosa Maria Boaventura é membro do G.E.F.I.T.- Grupo de estudos Franceses de Interpretação e Tradução

1986 possui várias cores.

Como nas outras cinco traduções encontradas (1906, 1913, 1941, 1965 e 1988), os nomes das personagens são traduzidos e o sobrenome mantido em francês. Os nomes dos lugares mencionados também são traduzidos e eles trazem notas explicativas que permitem que o leitor consiga situar melhor o espaço da obra. Sobre a “Ilha-da-França”, que é o espaço onde ocorre a narrativa, a tradutora escreve:

Antigo nome da ilha Maurício, situada no oceano Índico, a 880km a leste da ilha de Madagascar. Descoberta pelos portugueses, foi colonizada pelos holandeses, depois pelos franceses e finalmente pelos ingleses. Hoje é estado independente, membro da Comunidade Britânica. Na época do romance, era colônia da França. Porto-Luís, até hoje sua capital, situa-se no fundo de uma baía, dominada pela montanha do Polegar, que faz parte da região montanhosa que se estende ao sul e a leste da capital (SAINT-PIERRE, 1986, p.85)

Um ponto que chama atenção neste livro e que colabora para que o leitor seja lembrado que se trata da leitura de uma tradução, é a presença de referências bibliográficas. Através dela pode-se verificar que a tradutora consultou três edições de *Paul et Virginie* (mas as datas não são mencionadas), um livro de literatura francesa do século XVIII bem conhecido dos estudantes de literatura francesa, escrito por André Lagarde e Laurent Michard e dicionários.

O paratexto da contracapa já situa o leitor na época de produção da obra “foi escrito em 1788, no auge do Iluminismo”. Ele também informa que trata-se de um clássico da literatura universal, traduzido para diversos idiomas e que o livro possui um “conteúdo profundamente humano e existencial”. Ele traz “uma experiência amorosa gratificante, carregada de sentido e de realização humana” e também por isso, vale a pena ser lido.

Acerca do paratexto “Introdução”, o primeiro parágrafo retoma as informações que aparecem na contracapa ampliando-a. Ele informa que ela teve êxito desde sua publicação em 1788, sendo reeditada várias vezes e menciona ainda que no registro do Catálogo da Biblioteca Nacional da França, tem-se a informação que a obra foi traduzida para diversos idiomas. E a tradutora fala também que ainda hoje *Paul et Virginie* atrai um grande número de leitores.

Assim como Matos Peixoto escreve na tradução de 1965 que “a obra imortal há de ser entendida dentro da moldura do tempo em que foi escrita e apreciada no quadro das circunstâncias que a criaram” (SAINT-PIERRE, 1965, p.9), Boaventura manifesta semelhante opinião “para bem compreender o romance de Saint-Pierre, cumpre situá-lo na época em que foi escrito, o final do século XVIII, auge do Iluminismo” (SAINT-PIERRE, 1986, p.7).

A tradutora ainda fornece ao leitor outras informações importantes para que ele conheça o contexto de produção da obra e algumas intenções de Saint-Pierre:

Pregavam os iluministas que a sociedade ideal devia visar à felicidade que só podia nascer do respeito aos direitos humanos [...] a leitura de Paulo e Virgínia, torna evidente que Bernardin de Saint-Pierre aproveitou a narrativa para ilustrar estes conceitos e sobretudo os de Jean-Jacques Rousseau: educar o homem natural longe da civilização, formando-lhe o caráter e enriquecendo-o com a honestidade e as

qualidades do coração. O saber consistiria em noções concretas, úteis para a vida prática (SAINT-PIERRE, 1986, p.7).

Outras informações relevantes que aparecem na introdução se referem aos temas recorrentes universais utilizados por Saint-Pierre, tais como “a inocência de Paulo e Virgínia adolescentes, o idílio apaixonado do primeiro e eterno amor, o bucolismo, a tragédia da morte” (idem, p.8) e o naufrágio do Saint-Géran em 1744 que realmente ocorreu nas costas da ilha Maurício porém em mês diferente do citado pelo autor. A tradutora ainda ressalta que o “cenário exuberante” descrito por Saint-Pierre colabora para que o exotismo marcante na literatura de época se faça presente neste romance.

Quanto às notas explicativas podemos perceber que elas seguem quatro eixos principais. Tem-se notas que fornecem informações que permitem que o leitor situe geograficamente o espaço da obra, o que podem colaborar para uma maior credibilidade do enredo, como já foi mencionado; notas que detalham alguns elementos ligados à vegetação e ao clima que compõem o cenário do romance; notas que referenciam os intertextos que aparecem na obra em menção direta, como “os filhos de Leda”; e notas em que a tradutora insere o significado de determinadas palavras que aparecem no texto, permitindo assim que a estrangeiridade seja mantida e marcando também a visibilidade e o trabalho de intermediador cultural feito pela tradutora. Para ilustrar esses paratextos, temos os exemplos abaixo:

Paul et Virginie (1958)	Paulo e Virgínia (1986)
<p>“Je connaissais Marguerite, et quoique je demeure à une lieue et demie d’ici, dans les bois, derrière la Montagne - Longue, je me regardais comme son voisin”. (SAINT-PIERRE, 1958, p.83)</p> <p>Nota: La Montagne Longue est située à 3 kilomètre environs à l’est du Port-Louis et donne son nom à un quartier de l’île. (idem, p.83)</p>	<p>“Eu conhecia Margarida e, embora morasse a uma légua e meia daqui, nas matas atrás da Montanha-Longa, considerava-me seu vizinho”. (SAINT-PIERRE, 1986, p.12)</p> <p>Nota: - Montanha-Longa: situada a aproximadamente a 3km a leste de Porto-Luís (idem, p.86)</p>
<p>“Ces deux têtes charmant, renfermées sous ce jupon bouffant me rappelèrent les enfants de Leda enclos dans la même coquille” (SAINT-PIERRE, 1958, p.90)</p> <p>Nota: Leda était la femme de Tyndare, roi de Sparte; elle eut deux couples de jumeaux, Hélène et Clytemnestre, Castor et Pollux. (idem, p.90)</p>	<p>“Essas duas cabeças encantadoras presas sob aquele saiote fofo lembraram-me os filhos de Leda, encerrados na mesma casca de ovo” (SAINT-PIERRE, 1986, p. 15).</p> <p>Nota: Referência mitológica: A constelação dos Gêmeos da qual faziam parte Castor e Pollux, filhos de Leda, mulher de Tíndaro, rei de Esparta. Seduzida por Zeus, que tomou a forma de um cisne, Leda teria posto dois ovos: de um saíram Helena e Castor, do outro Pollux e Clitemnestra. Castor e Pollux distinguiram-se por feitos heróicos; tornaram-se gênios protetores da medicina e da navegação. Mais tarde, foram identificados com a constelação dos Gêmeos (idem, p.86).</p>

<p>“Celui de Marguerite, appelé Domingue, était un noir yolofo, encore robuste quoique déjà sur l’âge. Il avait de l’expérience et un bon sens naturel” (SAINT-PIERRE, 1958, p.85).</p> <p>Nota: Voyage à l’Ile de France, I, Lettre XII, p.188 à 200, et p.281 (noirs marrons). Les nègres yolofofs sont originaires du Sénégal; ils s’adonnent surtout à l’agriculture; d’où l’emploi de Domingue comme jardinier (idem, p.85)</p>	<p>“Domingos, o de Margarida, um preto Yolof, ainda forte apesar da idade, tinha experiência e bom senso natural (SAINT-PIERRE, 1986, p.13)”.</p> <p>Nota: - Yolof: indivíduo que vive na África Ocidental, entre o Senegal e Gâmbia. Para designar este mesmo povo, encontram-se também as grafias wolof ou ouolof. (idem, p.86).</p>
---	--

Conclusão

Para concluir, gostaríamos de reafirmar que, embora a análise dos paratextos da tradução de (1986) do romance *Paul et Virginie* tenha sido breve, é possível entrevermos que de fato a utilização dos paratextos pode servir como recurso ético para que se mantenha a estranheiridade do texto. Esta postura ética, marcada pela visibilidade da tradutora, que enquanto mediadora intercultural procurou situar o leitor de chegada no contexto de produção da obra, bem como lhe oferecer informações complementares referentes aos intertextos explícitos da obra e sobre termos específicos como, yolof, reforça o lugar do paratexto no cenário dos Estudos da Tradução.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERMAN, Antoine. *Bibliothèque des idées por une critique des traductions*: John Donne. Paris: Gallimard, 1995.

_____. *A tradução e a letra, ou, O albergue do longínquo*. Trad. Marie-Hélène C. Torres, Mauri Furlan e Andréia Guerini. Rio de Janeiro: 7Letras/PGET, 2007.

GENETTE, Gérard. *Paratextos Editoriais*. Tradução Álvaro Faleiros. Cotia: Ateliê Editorial, 2009.

SAINT-PIERRE, Bernardin. *Paul et Virginie*. Texte établi avec une introduction, des notes et des variantes par Pierre Trahard. Paris : Classiques Garnier, 1958.

_____. *Paulo e Virgínia*. Pelotas: Livraria Universal de Echenique Irmãos & CIA, 1906.

_____. *Paulo e Virgínia*. São Paulo: Livraria Teixeira, 1913.

_____. *Paulo e Virgínia*. São Paulo: Paulicéia, 1941.

_____. *Paulo e Virgínia*. Trad. Vieira Neto. Rio de Janeiro: Matos Peixoto, 1965.

_____. *Paulo e Virgínia*. Trad. Rosa Maria Boaventura. São Paulo: Ícone, 1986.

_____. *Paulo e Virgínia*. Trad. David Jardim Júnior. Rio de Janeiro: Tecnoprint S.A,

1988.

TORRES, Marie-Hélène Catherine. Variations sur l'étranger dans les lettres : cent ans de traductions françaises des lettres brésiliennes. Paris : [Artois Presses UniversitéArtois Presses Université](#) , 2004. 330p.

VENUTTI, Lawrence. *The translator's invisibility: a history of translation*. Londres e Nova York: Routledge, 1995.

_____. *Escândalos da tradução: por uma ética da diferença*. Tradução Laureano Pelegrin, Lucinéia Marcelino Villela, Marileide Dias Esquerda e Valéria Biondo. Bauru: EDUSC, 2002.

Autores

Marie-Hélène Catherine TORRES, Prof.^a Dr.^a
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
marie.helene.torres@gmail.com

Giovana Bleyer Ferreira dos SANTOS, Doutoranda
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
giovanableyer@gmail.com